

Matemática dos afetos, dissensos e sentidos sociais acerca das noções de “monogamia” e “não-monogamia”

Ítalo Vinícius Gonçalves¹

Resumo

Em 18 de maio de 2021, dois dias após a morte do cantor MC Kevin, Marília Moschkovich, Dra. em Educação pela Unicamp, compartilhou pelo *Twitter* uma notícia do jornal “O Fórum” com as últimas apurações sobre o caso e atribuiu ao sistema monogâmico parte da culpa pelo ocorrido. Seu comentário foi alvo de deboche nas mais diversas plataformas de redes sociais e evidenciou um dissenso acerca do assunto. Este artigo parte da polêmica gerada pelo evento para apresentar alguns dos sentidos sociais atribuídos às noções de “monogamia” e “não-monogamia”. Para isso, colocarei em diálogo autores contemporâneos que pensam a dimensão social dos afetos, estudos clássicos que abordam as relações entre gênero e monogamia, coletivos e atores políticos em prol da luta não-monogâmica e teóricas anticoloniais/decoloniais que refletem sobre a estrutura colonial dos afetos. O objetivo deste texto, portanto, é analisar e mapear a existência de uma disputa de sentidos em torno dessas noções na esfera pública.

Palavras-chave: Monogamia. Não-Monogamia. Dissenso. Pensamento Decolonial.

Mathematics of affects, disagreements and social meanings about the notions of “monogamy” and “non-monogamy”

Abstract

On May 18th 2021, two days after the death of singer MC Kevin, Marília Moschkovich, the PhD in Education from Unicamp, shared on *Twitter* an article from the newspaper “O Forum” with the latest findings on the case. She attributed part of the blame for what had happened to the monogamous system. Her comment was debated on the most diverse social media platforms and showed a disagreement on the subject. This article starts from the controversy generated by the case to present some of the social meanings attributed to the notions of “monogamy” and “non-monogamy”. For this, I will put into dialogue contemporary authors who think about the social dimension of affections, classic studies that address the relations between gender and monogamy, collectives and political actors in favor of non-monogamous struggle, and anti-colonial/decolonial academics that reflect about the colonial structure of the affections. The aim of this article, therefore, is to analyze and map the existence of a dispute of meanings around these notions in the public sphere.

Keywords: Monogamy. Non-Monogamy. Dissention. Decolonial Thinking.

Introdução

Em 16 de maio de 2021, no dia seguinte a sua apresentação na Mansão do Imperador (Zona Oeste do Rio de Janeiro), o cantor MC Kevin vem a óbito após cair da sacada do quarto onde estava hospedado, no quinto andar de um hotel localizado na Barra da Tijuca, também na Zona Oeste da capital carioca. Segundo o depoimento prestado à polícia pela modelo que o acompanhava no momento do acidente, o artista havia

¹ Graduado em Antropologia e mestrando em Comunicação Social, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Contato: italoviniucius@rocketmail.com.

consumido uma quantidade significativa de álcool, informação confirmada através da fatura emitida pelo estabelecimento, além de outras drogas. A necropsia apontou a hemorragia subaracnóidea (espaço entre o cérebro e o tecido que o cobre) e o traumatismo craniano encefálico como as principais causas da morte do cantor².

Poucas horas após a queda, em meio à comoção popular e à manifestação de várias celebridades em solidariedade à viúva e à família de MC Kevin, diferentes versões sobre o ocorrido já circulavam pela internet. Numa, o acidente teria sido decorrente de uma suposta brincadeira do artista, que teria se atirado propositalmente em direção à piscina, mas sem sucesso, noutra, ele teria fugido para o apartamento inferior. Nesta segunda versão, que acabou sendo confirmada após novos depoimentos, a fuga de MC Kevin teria sido motivada pela preocupação do cantor em ser flagrado junto à acompanhante (que acabou confirmando o envolvimento sexual entre os dois naquela noite) por sua esposa, que se dirigia ao seu quarto do hotel. Contudo, novas versões têm revelado um suposto incentivo por parte de MC VK, amigo do artista e que também estava no local do acidente, para o ato do cantor³.

Dois dias após o episódio, Marília Moschkovich, socióloga, mestre e doutora em Educação pela Unicamp, usou a sua conta no *Twitter* para comentar o caso. *Retwittando* as informações divulgadas pela revista “O Fórum”⁴, relativas ao depoimento prestado pela acompanhante do cantor, Marília fez a seguinte análise:

Monogamia mata. Essa é a versão mais plausível contada até agora sobre a trágica e triste morte de MC Kevin. É absurdo que na nossa sociedade a vida de qualquer pessoa valha menos do que a moral da fidelidade monogâmica. Triste demais. Demais.

Tal declaração foi motivo de deboche no *Twitter* e se alastrou pelas mais diversas plataformas de redes sociais, tornando-se um meme pela aparente “*militância e lacração desnecessária*”, como foi adjetivada. Entretanto, a crítica foi acolhida por

grande parte das movimentações em prol da não-monogamia (especialmente por coletivos e atores políticos não-monogâmicos influentes na plataforma do *Instagram*), ainda que não de forma unânime, já que o conteúdo também foi alvo de críticas em vários dos grupos não-monogâmicos presentes no *Facebook*, por exemplo. Dessa maneira, as perguntas que ficam são: a monogamia, de fato, mata? E por que a morte de MC Kevin poderia ser analisada com base nestas discussões?

Ainda que o objetivo deste texto não seja se debruçar sobre o acontecimento da morte do artista, penso que o posicionamento feito por Marília Moschkovich é interessante justamente por visibilizar o modo como diferentes atores políticos e movimentos sociais em prol da não-monogamia atribuem sentidos e definições distintas às próprias noções de “monogamia” e “não-monogamia”. Logo, minha intenção é trabalhar sobre algumas textualidades produzidas acerca do tema, de modo que possamos entender algumas das diferentes perspectivas em torno dessas noções. Assim, trago teorias mais clássicas, como os escritos de Engels acerca da norma monogâmica enquanto um instrumento de produção do gênero, além de concepções mais recentes levantadas, sobretudo, por autores que pensam os afetos através de propostas anticoloniais/decoloniais, como Geni Núñez (2020), Brigitte Vasallo (2018, 2020), Na Pai (2014) e Norma Mogrovejo (2019), além do coletivo “Não Mono em Foco”. Na primeira parte do artigo discutirei como a monogamia é vista, primariamente, como uma “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 2019) e, em seguida, de que modo ela foi imposta compulsoriamente enquanto uma marca da colonialidade sobre populações subalternizadas. Dessa forma, conseguiremos compreender como as discussões acerca do assunto têm se fundamentado e visibilizado uma disputa de sentidos.

Monogamia enquanto pedagogia afetiva

Se considerarmos a existência de um “manual social” pré-estabelecido culturalmente que prescreve

2 “Causa da morte de MC Kevin foi traumatismo craniano, diz laudo”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/18/causa-da-morte-de-mc-kevin-foi-traumatismo-craniano-diz-laudo.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2021.

3 “Acompanhante muda depoimento sobre morte de MC Kevin, que ganha nova testemunha”. Disponível em: https://www.pu-repeople.com.br/noticia/morte-de-mc-kevin-tem-nova-versao-de-acompanhante-e-testemunha_a323154/1. Acesso em: 10 ago. 2021.

4 Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/popnoticias/testemunha-diz-que-mc-kevin-estava-fazendo-sexo-na-varanda-e-caiu-para-fugir-de-flagra-da-esposa/>. Acesso em: 28 maio 2021.

os modos como devemos nos relacionar e quais normas precisamos seguir, tais como as suas sanções e penalidades em caso de descumprimento, nas não-monogâmias isso pode se tornar um grande desafio, alvo de muito trabalho interno e coletivo. As relações não-monogâmicas são, inclusive, vistas muitas vezes por seus praticantes como relações mais desgastantes do que as formas hegemônicas de união, dado o caráter contínuo e explícito de suas negociações. Tais relações precisam ser tecidas, construídas a partir de seus próprios termos, os termos que funcionam para aqueles que optaram por esses arranjos. Geni Núñez⁵, ativista indígena guarani que se dedica ao tema da não-monogamia, chama isso de “artesanaria dos afetos” (2020, p. 67). Tanto para lembrar do caráter singular dessas relações, quanto para evocar um distanciamento das práticas amorosas embebidas pelas lógicas e dinâmicas do capitalismo, algo que veremos mais à frente.

Figura 1: Meme coletado num dos grupos poliamoristas fechados do *Facebook*



A ideia da imagem é visibilizar o caráter “racionalizado” das relações não-monogâmicas, vistas como

potencialmente mais “complexas” por muitos de seus praticantes devido aos acordos em permanente negociação.

Com o tempo, enquanto uma pessoa não-monogâmica, fui aprendendo sobre o valor comunitário destas experiências. Primeiramente, quando recorria a alguns grupos poliamorosos presentes na plataforma do *Facebook* em busca de algum apoio emocional para as inseguranças decorrentes dos meus últimos relacionamentos. Posteriormente, a partir de uma visão mais politizada sobre o assunto, cujo ideal comunitário de gestão da vida tem se colocado, cada vez mais, como uma das prioridades nas lutas desses coletivos, como veremos a seguir. Além dessas relações, a leitura das pesquisas de Cardoso (2010), Barbosa (2011), Pilão (2012, 2017), França (2016), Silvério (2018) e Bornia Jr (2018) me causou um sentimento de conforto e alívio, dada a minha identificação com as questões narradas por seus interlocutores. Se viver uma relação não-monogâmica é construir um novo tipo de manual afetivo, cuja gramática também se coloca em questão, pensar a respeito da norma monogâmica é entender o modo como a mesma atua enquanto uma arquitetura social e um modelo de pedagogia emocional e relacional.

Embora Engels (2019) tenha apontado já no final do século XIX a intrínseca relação histórica entre a violência contra a mulher e a estrutura monogâmica através da instituição familiar⁶, o *tweet* de Marília Moschkovich provocou uma profunda indignação. Ainda que a morte do cantor não represente a parcela da população que estruturalmente é vítima da violência imposta pela compulsoriedade monogâmica, os argumentos dirigidos à autora negam em absoluto a letalidade resultante deste sistema. Afinal, o assunto ainda continua um tabu pela disparidade entre o que pensam os coletivos não-monogâmicos (que se intitulam mais politizados) a respeito do conceito de monogamia e aqueles que vivenciam tal arranjo e se colocam em sua defesa. Em última instância, o ataque sofrido por Marília pode ser visto como o resultado de um “desentendimento”, no sentido

⁵ A autora também está presente neste dossiê com o texto “Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena”

⁶ “Famulus quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a família “id est patrimonium” (isto é, herança) era transmitida por testamento. [...] A fim de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos/filhas, a mulher é submetida incondicionalmente ao poder do homem: quando ele a mata, está apenas exercendo o seu direito.” (ENGELS, 2019, p. 61)

proposto por Rancière (1996). Segundo o autor, que pensa o desentendimento enquanto um ato atrelado ao fazer político, o termo: a) não deve ser tratado como um mal-entendido, mas como uma disputa pelo sentido daquilo que se diz, cuja distância entre a palavra e a coisa é posta em julgamento; b) o que está em jogo não se refere apenas às palavras, mas à situação social daqueles que as falam, situação na qual a palavra pode ser encarnada; c) ao atribuírem a si o direito de falar aquilo que falam, tais grupos modificam os sentidos atribuídos às palavras e às coisas.

Como resposta ao posicionamento da socióloga, muitos afirmaram que a causa da morte não foi a monogamia em si, mas o descumprimento dos acordos conjugais firmados pelo casal, como se o arranjo monogâmico fosse fruto apenas de uma decisão acordada intimamente, baseado na igualdade e no desejo de amar e se envolver com uma só pessoa. Tal argumento foi, inclusive, afirmado em alguns dos grupos não-monogâmicos do *Facebook* dos quais participo. Além disso, também houve um ataque pessoal à autora:

Por favor neh. o que mata é o ato inconsequente desse jovem, o que mata são essas reportagens que vocês colocam aqui, o que mata, é a Antropóloga e socióloga Marília Moschkovich que escreveu esse texto, no mínimo não tem filhos, família, ou sequer um marido que a ame, e a faça se sentir amada...⁷.

Outro ponto colocado em questão, como contra-argumento à autora, seria relativo à violência também perpetuada nos arranjos não-monogâmicos, sendo a poligamia o exemplo mais citado, dado que o mesmo conformaria uma relação de extremo poder e violência sobre os corpos femininos, vistos como precarizados nesses modelos relacionais. Dessa forma, as principais respostas à Moschkovich via *Twitter* foram que: a) o ocorrido tem uma relação íntima com a glamourização das drogas e não com o fato do acordo monogâmico; b) a monogamia em si não mata, mas sim a falta de maturidade daqueles que descumprem seus acordos; c) a poligamia seria tão violenta às mulheres quanto à

monogamia e, por isso, o problema não está puramente em nenhuma arquitetura relacional⁸.

Figura 2: respostas ao *tweet* de Marília no *Twitter*



Fonte: <https://twitter.com/MariliaMoscou/status/1394604062046408704>.

Acesso em: 30 ago. 2021.

Se a monogamia é entendida socialmente enquanto um modelo relacional diádico, baseado num acordo liberal firmado entre pares, Moschkovich a pensa com “M maiúsculo” por se tratar de uma estrutura: “A Monogamia, como estrutura, não está ligada à quantidade de pessoas com quem cada um está de fato ou não transando ou se relacionando, mas sim às normas que regulam esses afetos e, mais do que os afetos, a sexualidade” (MOSCHKOVICH, 2019, online).

Historicamente, os movimentos políticos brasileiros pela não-monogamia (desde a RLi⁹, até os novos atores políticos em destaque nessa cena atualmente,

7 Comentário de um internauta à matéria produzida pelo portal TAB a respeito do tweet de Marília: “Depois da morte de MC Kevin, a internet perguntou: monogamia mata?”. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/23/depois-da-morte-de-mc-kevin-a-internet-perguntou-monogamia-mata.htm>. Acesso em: 25 ago. 2021.

8 Apesar de existir uma associação entre a poligamia e a não-monogamia, esse modelo conjugal não poderia ser pensado como uma proposta não-monogâmica, já que, onde a monogamia é instituída legalmente como norma, a poligamia se configura como crime. Já nas sociedades cuja poligamia é legalizada, a mesma não se contrapõe a um modelo monogâmico compulsório.

9 A “Rede Relações Livres” (RLi) foi criada em Porto Alegre no ano de 2009, embora seus membros tenham começado a se

como Geni Núñez, o projeto “Não Mono em Foco” e a própria Marília Moschkovich) denunciam a sua arquitetura coercitiva e ideológica, como uma forma de socialização, cujo efeito é o estabelecimento de um tipo de “trabalho emocional” (HOCHSCHILD, 2012), definindo os padrões de comportamento a serem performados em cada formato de relação (amizade, “caso”, namoro, casamento, dentre outros), e resultando numa série de expectativas sociais relativas aos afetos e aos papéis sociais generificados.

Engels (2019), ao analisar documentos históricos acerca das ditas sociedades “primitivas” da Europa e da América do Norte, observou que estes povos originários foram submetidos a lógicas individualistas à medida que o Estado e a propriedade privada se instituíram como norma e modelo de organização social. Se a vida e o cuidado eram questões coletivas, as mudanças nos padrões de assentamento provocaram rupturas nas configurações das relações sociais. Isto porque, se numa sociedade “nomadista” a responsabilidade sobre a segurança e o bem-estar do grupo era partilhada de forma comunitária, a agricultura acabou se tornando não somente uma forma de subsistência e padrão de moradia, como também um meio de gestão da vida privada, cujas famílias agora estabeleciam contornos mais precisos entre si. Com a instauração do Estado, idealizado como um meio de manutenção do controle das posses de terras por aqueles que dominavam grandes porções latifundiárias, a família, segundo Engels (2019), se tornou ainda mais nuclear, sendo a monogamia uma estratégia de preservação dos bens dentro da própria linhagem, uma vez que a propriedade privada seria herdada apenas pelos seus herdeiros legítimos. Portanto, o sociólogo nos mostra como o cuidado se tornou individualizado, a família passou a ser uma microrreprodução do espaço social e a mulher foi responsabilizada pela criação dos filhos. A exclusividade monogâmica imposta à mulher garantiria uma pureza genética, bem como a segurança dos bens familiares, embora a não-exclusividade afetivo-sexual

dos homens sempre fez parte da própria estrutura monogâmica, segundo o autor.

A arquitetura monogâmica, dessa maneira, instituiria não somente um controle relativo aos bens, mas às próprias mulheres, que na responsabilidade pelo cuidado doméstico e pela criação dos filhos também passam a ser um território de conquista e de dominação por parte do patriarcado, encarado como um sistema político (SEGATO, 2019), mais do que uma cultura de socialização masculina. O feminicídio, por exemplo, conforme alegam atores, coletivos políticos e as já citadas teóricas decoloniais pela não-monogamia¹⁰, estaria atrelado ainda hoje à norma monogâmica por ser o resultado de um modo de pedagogização afetiva e emocional na qual a monogamia, em associação ao amor romântico, hierarquiza e binariza os gêneros de modo que a mulher passa a ter uma existência social à medida que se encontra num relacionamento monogâmico heterossexual, dando espaço para o controle masculino sobre seus corpos. “Assim, muitas mulheres criadas para acreditar que sua identidade depende do seu estado civil agem como se perdessem a si mesmas quando não estão em um relacionamento” (HARDY; DOSSIE, 2017, p. 52). A dependência econômica, afetiva e emocional que atinge as mulheres resultaria não só de um esquema de desvalorização do corpo e do trabalho da mulher, principalmente se encararmos a maternidade e o cuidado doméstico como um tipo de trabalho não-remunerado (FEDERICI, 2017), mas também pelas expectativas sociais nutridas em torno dos relacionamentos afetivo-sexuais, no qual o homem e a mulher possuiriam, “por natureza”, papéis opostos e fixamente estabelecidos.

Por isso, ao se defender das acusações de “apologia” à não-monogamia e de militância desnecessária em torno do acontecimento da morte de MC Kevin, Marília compartilhou a pesquisa realizada em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Neste documento, companheiros e ex-companheiros foram apontados como os autores de quase 90% dos

organizar já em 2005, e é considerada um marco nas mobilizações pela não-monogamia no Brasil ao propor uma unificação desses movimentos em contexto nacional. Ele também é considerado o primeiro grande projeto em prol dessas discussões no contexto brasileiro.

10 A perspectiva “decolonial” da não-monogamia é assim partilhada pelas autoras Brigitte Vasallo, Norma Mogrovejo, Na Pai e Geni Núñez (embora esta última se defina enquanto “anticolonial”), além do projeto “Não Mono em Foco”, por conta do modo crítico que observam os movimentos e as representações sociais com maior destaque na esfera pública acerca das não-monogâmias. De acordo com as mesmas, tais projetos e representatividades, em sua maioria, se constituem a partir de visões individualistas, neoliberais, antropocêntricas e eurocêntricas, e, além disso, ignoram os modos singulares da imposição monogâmica pelos projetos modernos e colonizadores.

assassinatos cometidos contra mulheres.¹¹ A própria pandemia da covid-19, por exemplo, nos convida a refletir sobre os efeitos nocivos da arquitetura relacional vivenciada por grande parte das mulheres heterossexuais no Brasil hoje. Se a nossa intenção é questionar o pacto monogâmico enquanto uma forma de socialização que, ao se desdobrar sobre as assimetrias de gênero, produz uma série de regulações e normatividades sobre o modo como direcionamos e produzimos expectativas em torno das nossas emoções, bem como as expressamos, é necessário refletir sobre as vulnerabilidades decorrentes desse sistema.

Lobo (2020), ao analisar os dados produzidos pelo FBSP, divulgados em abril de 2020 a respeito do primeiro mês de *lockdown* no Brasil, constata uma queda significativa no número de boletins de ocorrência decorrentes de violência contra a mulher neste período em vários estados brasileiros em relação ao mesmo período do ano anterior, denúncias que só podem ser feitas presencialmente. Ao mesmo tempo, evidencia que o número de socorros prestados pela polícia militar a mulheres vítimas de agressão doméstica cresceu entre 2,1% a 44,9% a depender do estado em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de feminicídios não só acompanha esse aumento, como revela uma absurda taxa de crescimento, variando entre 46,2% a 400%. Também foi analisado o número de relatos de violência doméstica e brigas conjugais propagados pelo *Twitter*, o crescimento foi de 431%. Assim, os espaços domésticos se instituem enquanto lugares de perpetuação da violência e de práticas abusivas, principalmente às mulheres, vítimas por excelência dessas dinâmicas.

Pimenta (2020), por vez, ao refletir sobre as relações entre a crise provocada pela pandemia da covid-19 e a situação enfrentada por mulheres em África anteriormente, no cenário epidêmico de ebola, pondera a respeito da vulnerabilidade causada sobre a demanda de cuidado exercido e exigido a elas:

A sobrecarga do cuidado doméstico se intensificou, tornando a casa um lugar de extremado risco para as mulheres. Além do usual fardo de sempre, a casa passa a ser também perigosa. Dessa maneira, várias mulheres foram contaminadas enquanto cuidavam de seus maridos, filhos, pais e também de seus vizinhos e, de certa forma, também elas viraram o

vetor de transmissão do vírus do ebola. Portanto, o mesmo amor que cuidava, colocava estas mulheres e meninas em situações de vulnerabilidade e risco. O mesmo cuidado que salvava, também matava. (PIMENTA, 2020, p. 11)

Logo, ao constatar o cenário de violência contra a mulher hoje, percebemos ressonâncias com os tratados de Engels em “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, publicado originalmente em 1884, apesar de todas as transformações sociais ocorridas desde a sua escrita. A importância da obra se deu pela desnaturalização da instituição monogâmica e por colocar a violência contra a mulher como a forma primária de dominação durante o dito “processo civilizatório”, denunciando tal estrutura afetiva também enquanto uma “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 2019), ou seja, um dos dispositivos impostos pelo patriarcado para a instauração de uma norma binária e hierárquica de gênero, cuja anatomia física fora transformada em “corpo social” (OYĚWŪMÍ, 2021). E por isso, “[...] a história de todas as sociedades, com ou sem história, é também a história de sua economia política do sexo, do gênero e do corpo” (MOSCHKOVICH, 2019, p. 174). Contudo, um dos pontos de tensão com o autor deve-se à maneira com que o sociólogo alemão entende o “por-vir” monogâmico, alegando que, fora de uma lógica da acumulação do capital, a monogamia faria parte de um processo de evolução humana, garantindo uma vantagem sobre o mundo social, e por isso, num contexto não capitalista, ela serviria estrategicamente para o aprofundamento das relações sociais. Se há tempos, diversos coletivos pela não-monogamia se opõem a tal perspectiva, essa ideia ainda encontra espaço em muitos dos autores que pensam os afetos no contexto ocidental contemporâneo.

A “monogamia revolucionária” e a colonialidade dos afetos

Em dezembro de 2020, Roberto Noguera, conhecido pelo seu trabalho de difusão de filosofias e epistemologias africanas, concedeu uma entrevista ao portal “Universa”. Na matéria intitulada “*Em tempos de contatinho, a monogamia pode ser revolucionária*”,¹² o professor defende a monogamia como um modo

11 “Maridos e ex maridos são responsáveis por 90% dos feminicídios no Brasil”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/maridos-e-ex-maridos-sao-responsaveis-por-90-dos-feminicidios-no-brasil/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

12 “Em tempos de contatinhos, a monogamia pode ser revolucionária”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/>

de aprimoramento das relações humanas por sua suposta capacidade de aprofundamento dos vínculos afetivo-sexuais e de seu impacto no projeto autorreflexivo, ajudando na superação do narcisismo e do individualismo, fundamentos subjetivos potencializados atualmente pela lógica neoliberal, também diluída em nossos espaços afetivos. O autor, que meses antes havia lançado o livro “*Por que amamos: o que os mitos e a filosofia tem a dizer sobre o amor*” (2020), foi criticado por praticantes de relacionamentos não-monogâmicos¹³ devido ao conteúdo de suas falas. Para ele, que identifica a atual instabilidade dos laços afetivos através da cultura dos “*eternos primeiros encontros*”, a monogamia é vista como uma solução ética e saudável por fazer com que os indivíduos se comprometam com o outro de forma substancial. Por isso, ela seria vista como realmente revolucionária pelo autor. De acordo com Noguera, a busca excessiva por novos parceiros e o modo como descartamos aqueles que não correspondem aos nossos ideais pessoais, evidencia uma desvalorização do outro como sujeito, além de impedir importantes processos de auto-questionamento.

Segundo ele:

A intimidade pode ser um instrumento poderoso dentro dessa aventura rumo ao autoconhecimento: o outro passa a ser um espelho que nos mostra os nossos lados menos instagramáveis e assim somos obrigados a lidar com nossas sombras.

Porém, pela forma com que Noguera conduz o debate, apenas um arranjo monogâmico garantiria a profundidade necessária para que o amor se manifeste de forma ética e não autocentrada, rompendo com o narcisismo e com as projeções sobre o outro, conhecendo-o em sua realidade. Levando a discussão também a uma *live do Instagram*¹⁴ Noguera reafirma:

A monogamia, esse encontro de intimidade, ele possibilita uma pintura onde a fantasia e a projeção, o que nós somos, para nós mesmos, diminui. É como se fosse um contato maior com a realidade. É como a experiência afetiva com uma única pessoa implica em encarar os nossos maiores fantasmas.

Pessoas não-monogâmicas, por sua vez, se sentiram desconfortáveis pelo fato do autor não reconhecer as propostas não-monogâmicas como compromissos verdadeiramente éticos, profundos e não individualistas de relação.

Se a monogamia é entendida como um modelo legítimo de união, ainda que historicamente tenha sido instituída enquanto um dispositivo afetivo que regula as dimensões de gênero, sexo e propriedade privada, cada vez mais novos atores reiteram a sua não possibilidade de resignificação, colocando-se em total oposição a ela, sem perspectiva de negociação. Como vimos, a obra de Engels foi historicamente importante para a construção parcial de uma luta não-monogâmica no Brasil (sobretudo nas discussões produzidas pela RLi, e atualmente nas do projeto “Não Mono em Foco”, denunciando o caráter sistêmico, coercitivo e pedagógico da monogamia. Porém, ao circular entre as diversas comunidades digitais não-monogâmicas, pude presenciar a não unanimidade deste olhar político e estrutural por parte de todos os seus membros, e é por essa razão que a fala de Moschkovich encontrou barreiras até mesmo nesses espaços, visto que, antes de se pensar a monogamia como uma estrutura de opressão, ela é ainda compreendida como uma forma de negociação entre parceiros, cujo acordo apenas diria respeito aos combinados firmados pelos casais. De tal modo, não faria sentido alegar a letalidade da monogamia, uma vez que a violência seria resultante das condutas praticadas por indivíduos isolados e não ordenadas por uma arquitetura normativa. O artista, escritor e ativista catalão conhecido pelo pseudônimo “Na Pai”, reflete sobre o apagamento da estrutura monogâmica nos próprios estudos e discussões sociais relativas a questões de gênero e sexualidade.

De todas as consequências negativas da cultura monogâmica, apenas as mais trágicas são rejeitadas publicamente: o que a mídia coloca em uma grande sacola genérica chamada violência de gênero, violência doméstica ou violência sexista, conforme a moda do momento. Mas sim, eles nunca mencionam ou se referem à cultura monogâmica. Assim, fala-se de problemas pessoais de ciúme, possessividade, dependência afetiva ou baixa autoestima dos

soltos/2020/12/21/em-tempos-de-contatinhos-a-monogamia-pode-ser-revolucionaria.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 25 ago. 2021.

¹³ As críticas dirigidas ao autor podem ser vistas nos próprios comentários deixados na live realizada por ele na plataforma do Instagram para falar sobre o assunto. O vídeo pode ser acessado pelo link: <https://www.instagram.com/tv/CGm-SvapvX/?igshid=1dzzft69lyain>. Acesso em: 05 ago. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CGm-SvapvX/?igshid=1dzzft69lyain>. Acesso em: 05 ago. 2021.

agressores, como se esses elementos não tivessem ligação entre si e pertencessem a experiências particulares e isoladas. (NA PAI, 2014, p. 7, tradução nossa)

Para acirrar ainda mais essa discussão, novos coletivos e atores em prol da não-monogamia têm aprofundado o debate levando outros processos sociais em consideração. Este é o caso dos já citados “Não Mono em Foco” e Geni Núñez.

Com o compromisso de debater muitas das críticas feitas por grupos socialmente vulneráveis¹⁵ às propostas não-monogâmicas, o projeto “Não Mono em Foco”, iniciado em 2020, idealizado por três ativistas pretos, que conta com mais de 19 mil seguidores¹⁶ no *Instagram* (@naomonoemfoco), e que reivindica uma “*não-monogamia política com foco em raça, gênero e sexualidade*”, traz a perspectiva de pessoas que se encontram justamente nessas massas e que repensam essas lutas a partir dos seus lugares de experiência. O intuito do projeto¹⁷ é precisamente repensar as críticas de raça, classe e gênero que têm sido dirigidas aos movimentos não-monogâmicos, conforme analisado por Pilão (2019), e fazer dessa luta um espaço mais democrático, refletindo como a opressão monogâmica está atrelada a todo um conjunto de demais violências estruturais. Por isso, lutar contra a monogamia implicaria em um combate sistêmico às demais formas de assimetrias sociais.

A primeira crítica atribuída às propostas pela não-monogamia diz respeito à classe, partindo-se da premissa que as mesmas são direcionadas apenas a pessoas “ricas e bonitas”, dado que somente sujeitos com alguma estabilidade financeira conseguiriam manter relações afetivo-sexuais simultâneas sem se preocupar com sua gestão do tempo. Além disto, alega-se que os padrões sociais que determinaram quais pessoas seriam vistas como desejáveis nessa proposta seriam baseados em critérios eugenistas, cujos fenótipos valorizados recairiam sobre pessoas brancas, magras e sem deficiência. A segunda está bastante atrelada ao argumento anterior, dando visibilidade à raça como fator excludente dos projetos libertários

não-monogâmicos. Isso é fundamentado também pela discussão acerca dos padrões de beleza, cujos corpos negros ocupam uma posição de desprestígio, sobretudo às mulheres pretas que, numa estrutura social como a nossa, são preteridas em relação às brancas, inclusive no que diz respeito à hierarquia dos afetos, colocadas no papel de amante enquanto as brancas receberiam o reconhecimento social como cônjuges legítimas, gerando a dita “solidão da mulher negra” (PACHECO, 2008). A terceira razão recai justamente sobre o gênero, devido aos homens se utilizarem da perspectiva não-monogâmica para validarem práticas não-éticas e não inclusivas de relação, mantendo as assimetrias dentro desses espaços. Além disso, haveria também uma questão de aceitação social, na qual homens não-monogâmicos não estariam sujeitos às diversas represálias e discriminações enfrentadas por muitas das mulheres que decidiram se relacionar guiando-se pela não-monogamia. Todos esses pontos, além de terem sido trabalhados por Pilão (2019), também são vistos frequentemente nos espaços de discussão sobre o tema, seja através de debates levantados por influenciadores digitais ou nos próprios grupos de encontro do *Facebook*. Por essas razões, as não-monogâmias acabaram sendo associadas a espaços de privilégio e as populações subalternizadas enfrentariam ainda mais estigmas ao apostar nessas propostas de reorientação afetiva.

Ao enfatizar a monogamia como um recurso do patriarcado para a manutenção da arquitetura de poder sobre os corpos das mulheres, bem como para garantir a transmissão da herança para os herdeiros de direito, como apontado por Engels (2019), o projeto, além de retomar as ideias do autor¹⁸, também mobiliza uma luta não-monogâmica que parta pela não assimetria das relações, responsável pelo negligenciamento dos afetos direcionados à população negra (especialmente às mulheres), pelo questionamento dos padrões eurocêntricos de beleza, pelo cuidado parental enquanto uma prática coletiva e comunitária, tal como pelo cuidado doméstico não generificado. Nessa chave, o projeto utiliza a noção de “liberdade” inspirada na concepção anarquista, sendo a liberdade uma questão

15 Críticas oriundas, sobretudo, de partes dos movimentos negros e feministas.

16 Dado de 10 de novembro de 2021.

17 O projeto iniciou suas atividades através da plataforma do Medium, migrando, posteriormente, para o site <https://naomonoemfoco.com.br/>. Acesso em: 29 set. 2021.

18 Tal associação pode ser observada no texto “Monogamia é coisa de branco”. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/monogamia-coisa-de-branco/>. Acesso em: 05 out. 2021.

relacional/coletiva e não individual (nesse caso, entendida como privilégio).

Comprometer-se radicalmente com a igualdade envolve um processo contínuo de empoderamento para que todas as pessoas estejam mais preparadas para contribuir com a mudança. Ao contrário de uma noção individualista de liberdade em que uma pessoa é livre às custas da outra, a ideia de liberdade do anarquismo é relacional: a liberdade de uma pessoa é inseparável da liberdade da outra. (SILVÉRIO, 2018, p. 107-108)

Além disso, ressalta-se como a compulsoriedade monogâmica foi uma determinação colonial sobre as práticas de vida de populações tradicionais, que não se organizavam a partir de uma lógica classificatória e exclusiva dos afetos.

Um interessante exemplo de como as imposições coloniais modificaram as dinâmicas afetivas de povos tradicionais pode ser encontrada na pesquisa que Felipe (2008) desenvolveu a partir de documentos históricos sobre a chegada dos jesuítas nas comunidades indígenas do Paraguai. Segundo pôde ter acesso, as práticas afetivo-sexuais desses povos se tornaram um dos maiores incômodos para os padres que ali se estabeleceram no século XVII. Isto porque, os chamados “amancebamentos” (uniões a dois, porém sem caráter contratual) e os arranjos poligâmicos eram vistos como imorais e iam contra a natureza divina dos afetos. Tais práticas tradicionais de matrimônio eram veementemente combatidas pela Igreja pelo caráter não-contratual de seus acordos e pela facilidade de suas dissoluções, indo em desacordo com os dogmas monogâmicos de matrimônio baseados nas premissas de exclusividade e de eternidade. O casamento monogâmico se torna uma tática para a prevenção ao pecado. “Casá-los antes que pequem parece ter sido um cuidado dos jesuítas, que passam a casar “os meninos cristãos antes de terem idade que façam amancebamentos” (FELIPPE, 2008, p. 251). Da mesma forma, Vânia Moreira (2018) relata a obsessão dos missionários pela monogamia no processo de colonização brasileira, já que sem ela o sucesso da obra missionária estaria comprometida, tornando-se parte do próprio projeto político da coroa portuguesa. “Pode-se mesmo afirmar que superar a poligamia dos índios se tornou uma verdadeira obsessão dos missionários dedicados à evangelização” (MOREIRA, 2018, p. 33-34).

Ainda, o projeto torna visível que a monogamia, embora faça parte de uma estrutura correlata ao patriarcado, é, por si mesma, uma arquitetura de poder que estabelece as suas próprias lógicas de funcionamento. Por isso, faz-se uma forte crítica ao generalismo estabelecido pelos estudos sociais ao enquadrar, por exemplo, a violência contra a mulher como um produto apenas do sistema patriarcal sem questionar o “pensamento monogâmico” (VASALLO, 2018) em operação nesse cenário, acionando a pensadora Brigitte Vasallo, cuja aproximação com o pensamento de Na Pai (2014) também é visível.

Vasallo, nascida no Marrocos mas radicada na Espanha, parte dos estudos feministas decoloniais, pós-coloniais e islâmicos para pensar nos atravessamentos coloniais e da norma monogâmica às vivências afetivas contra-hegemônicas. Pensando na alteridade como o resultado das assimetrias que incidem sobre os afetos, a autora evidencia como o “casal” funciona enquanto uma “entidade”, vista como uma forma de proteção e estabilidade frente às inseguranças do mundo moderno, sendo o Outro (aquele fora da relação) alguém que irá desestabilizar e ameaçar a sua segurança interna. Por isso, o pensamento monogâmico não só permeia, mas organiza as nossas relações sociais ao “[...] ditar como, quando, quem e de que maneira [nós podemos] amar e desejar, e também quais circunstâncias são causa de tristeza, quais são causa de raiva, o que [pode] nos machucar, ou não” (VASALLO, 2018, p. 22, tradução e intervenções minhas). Seu pensamento encontra correspondência àquilo que Esteban (2011) denomina de “pensamento amoroso”, ou seja, o amor como uma matriz de dominação da modernidade que atua “como configuração simbólica e influencia diretamente na produção de símbolos, representações, normas e leis, e orienta a conformação de identidades sociais e genéricas, processos de socialização e ações individuais, sociais e institucionais” (2011 apud MOGROVEJO, 2019, tradução minha). Entretanto, ao pensar sobre a monogamia, Vasallo o atualiza de forma mais localizada.

Todavia, para que a crítica realizada à instituição monogâmica seja interpretada de forma mais precisa, além de questionarmos os efeitos de posse e poder cimentados pela norma compulsória da monogamia, também devemos entender o papel do amor romântico nessa arquitetura ao ser incorporado nesse sistema

e promover modulações sobre a forma como nos sentimos, demandamos e gerenciamos os nossos afetos.

Conforme proposto por Giddens (1993), o amor romântico realizou uma renovação na forma de se relacionar no “Ocidente”. Enquanto posições sociais cristalizadas designavam quase que de maneira absoluta a “distribuição” dos afetos, o matrimônio tinha uma função de manutenção hierárquica, uma espécie de negociação social. De acordo com o autor, o amor romântico estabelece uma transformação na intimidade ao considerar que esses novos arranjos matrimoniais são possíveis, em tese, pela partilha de afinidades entre os pares. Além disso, o sujeito, em busca da construção de um projeto de vida e de uma narrativa biográfica, negocia sua individualidade juntamente ao seu cônjuge, assegurando a manutenção de sua autonomia. Desse modo, os relacionamentos românticos seriam sustentados pela transposição dos ideais democráticos às esferas emocionais, positivando a comunicação, a honestidade, a igualdade, o respeito e a liberdade, por exemplo.

No entanto, junto à crença do amor romântico, também se estabelece um conjunto de valores positivados pela indústria que a explora: a ideia de complementaridade; o cônjuge como centralidade afetiva, que acaba levando a uma dependência emocional; o outro como aquele que atenderá as nossas necessidades das mais variadas ordens, e que se frustra caso não o consiga; o esvaziamento da busca pela autonomia; o sentimento de solidão ao não ter um parceiro; a conjugalidade como meta última de existência, dentre tantas outras. O amor, conforme explorado pela ativista e pesquisadora peruana Norma Mogrovejo, ao ser associado ao sistema monogâmico, se configura enquanto um modelo emocional hegemônico que, de forma dominante, tem a intenção de representar o próprio ser humano, binarizado em homem ou mulher (2019, p. 2) e por isso advoga pelo “contra-amor”: afetos desenraizados de suas lógicas românticas. O romance, por exemplo, “para muita gente tem a ver com a profundidade da emoção, do comprometimento e/ou com quanto isso tudo se encaixa numa história específica e idealizada. Romance, para muitos, define um tipo particular de narrativa, em vez de um sentimento” (HARDY; EASTON, 2019, p. 190). E para além disso, o

romance também se consolida como uma indústria de consumo, desde as comédias românticas, os manuais de autoajuda, os rituais de matrimônio, e até mesmo o “agendamento midiático” (VAZ; ANTUNES, 2006) em torno da “cultura da traição”. Esta última, que também é considerada um dos elementos fundantes da estrutura monogâmica, uma vez que reitera a cisão entre o espaço doméstico e o da rua, entre a lealdade e o prazer, entre a segurança matrimonial e a marginalidade dos vínculos não conjugais (VASALLO, 2018)¹⁹.

Se a importância do “Não Mono em Foco” está em promover um debate de forma interseccional, a de Núñez está, além disso, em aprofundar a análise da compulsoriedade monogâmica enquanto uma forma de colonialidade, que não apenas gerencia o modo de sentir e de se relacionar no “Ocidente”, mas também de pensar as relações entre humanos e não-humanos, colocando uma nova tônica à questão.

Geni Núñez, além de fomentar e articular discussões sobre não-monogamia e saúde mental, também é graduada e mestre em psicologia. Atualmente, faz doutorado em estudos raciais e de gênero pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao evocar um olhar não ocidental à estrutura hegemônica dos afetos, reflete sobre o individualismo que fundamenta as nossas relações. Com um perfil no *Instagram* (@genipapos) que conta atualmente com mais de 100 mil seguidores²⁰, semanalmente ela produz uma série de postagens que abordam a questão da saúde mental sob o prisma da “colonialidade dos afetos”. Ao questionar o cerceamento dos desejos, o punitivismo em torno das liberdades relativas às expressões de identidade de gênero e orientação sexual e às práticas afetivas que minam projetos individuais de emancipação emocional, a autora busca enfatizar as violências que cometemos ao reproduzir uma socialização calcada no mito do amor romântico, nas hierarquias afetivas produzidas pela monogamia e em padrões narcisistas, binários, antropocêntricos e individualistas, frutos de um pensamento moderno e colonial. O *post* intitulado “*Quero ser prioridade: a maçã envenenada da exclusividade. A saúde das concomitâncias*”²¹ é exemplar no tipo de abordagem trazida pela autora:

19 Sobre a traição como um modo de “manutenção” da hierarquia afetiva, ver Pelúcio (2015) e Miskolci (2017).

20 Dado de 10 de novembro de 2021.

21 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPUBLGhnhf/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

“Quero apenas alguém que me trate como prioridade”. Essa frase pode ter muitos sentidos e contextos, vou me deter em alguns deles. Quando dita no sentido monogâmico, se trata de como prioridade envolve um desejo por centralidade no tempo e na atenção dispensada. Algo como estar em 1º lugar. Embora eu compreenda o sentido no qual em geral isso é acionado, às vezes penso que falta pensar sobre a qualidade do tempo dessa prioridade. É quase como se o fato de ser a prioridade temporal de alguém fosse em si algo massa, ignorando que em muitos casos de feminicídio, por ex, a namorada/esposa está no centro emocional do companheiro violento. E que é justamente essa centralidade que “autoriza” o controle, a possessividade. Vejam, no tempo monogâmico, o “presente” da prioridade no tempo é uma maçã envenenada. É uma dívida que se cria e pela qual se cobra muitíssimo caro para receber um produto ruim. Temos de estar atentas quanto a isso, ocupar “muito” tempo/espço na vida de alguém não significa que necessariamente esse tempo será saudável, que produzirá autonomia. Muitas vezes o “pouco” tempo, só que sem a lógica abusiva da dívida emocional, vale muito mais. Não existe uma exclusividade saudável porque nossa saúde precisa da diversidade, da concomitância e pluralidade. Precisamos de cuidados diferentes, de fontes múltiplas e de modos distintos para que nossa nutrição emocional esteja bem e o cuidado esteja bem distribuído. Você só ficaria feliz se a chuva regasse apenas você? Que só a você o sol só trouxesse luz e calor? O que queremos quando demandamos exclusividade na alegria, no prazer, no afeto? Que alta autoestima é essa que só encontra paz e serenidade na exclusividade? Por que desejar uma primavera de uma flor só? A lição dos nossos parentes rio, terra, vento, pássaros é de que a saúde está na floresta e não na monocultura. (NÚÑEZ, 2021)

Contudo, ao refletir sobre a colonialidade dos nossos afetos, o pensamento desenvolvido pela guarani vai na contramão de diversos discursos relativos não só à monogamia, mas também às próprias propostas de não-monogamia tal como as conhecemos (midiaticamente, sobretudo). Se numa perspectiva hegemônica, a monogamia é definida pelo número dual de indivíduos em união, a autora a estabelece em termos qualitativos e não quantitativos. Para ela, o que definiria uma relação como monogâmica ou não, diria respeito ao seu modo de funcionamento/pensamento e não ao número dos envolvidos.

Ao se debruçar sobre as cartas e relatos deixados por jesuítas no período da colonização do Brasil, Núñez percebe que o pavor nutrido pelos missionários frente aos modelos conjugais aqui encontrados não se referia apenas às configurações quantitativas dessas uniões, mas também às dinâmicas que, mesmo vividas em pares, ainda não correspondiam aos ideais monogâmicos cristãos²². Assim como as uniões estudadas por Felipe (2008), as práticas amorosas indígenas não eram vistas como verdadeiramente monogâmicas, mesmo que em pares, por se tratarem de vínculos de fácil dissolução. Nas cartas jesuíticas analisadas por Núñez, inclusive, notava-se o espanto por parte dos missionários pelo fato de nunca terem presenciado um assassinato por razão de adultério. Por isso, para Geni, a monogamia ainda hoje, mais que um vínculo mantido entre duas pessoas, se refere às próprias dinâmicas de relação, dinâmicas que nos informam sobre os valores compartilhados e colocados em prática por esses sujeitos. Valores embebidos pelos ideais do amor romântico, cuja ideia de eternidade, posse, exclusividade, centralidade do casal, hierarquia dos afetos, dependência física, econômica e emocional, e isolamento frente às demais formas de se relacionar, tomam terreno. Assim, uma monogamia ou não-monogamia, neste perspectiva, pode ser vivenciada independentemente do número de sujeitos em relação. Nas palavras de Vasallo (2020, p. 3):

A monogamia não tem a ver com números, não tem a ver com quantidade. Se a vemos assim, é devido a um erro na antropologia (eurocêntrica e androcêntrica), que a definiu em oposição a outras formas de relacionamento, focando no número de pessoas envolvidas e não nas dinâmicas. A partir dessa premissa, afirmamos que a monogamia envolve duas pessoas e a não-monogamia mais de duas (a menos que essas pessoas sejam muçulmanas, porque nesse caso o nome que damos é outro: chamamos de “poligamia”, e nos parece terrível). Nessa obsessão com a quantidade, perdemos de vista que a monogamia não é uma prática, mas um marco de referência, o marco monogâmico, e uma forma de pensamento: o pensamento monogâmico que opera, além disso, na esfera privada e na construção coletiva.

Essa discussão não é necessariamente recente. As pesquisas empreendidas por Barbosa (2011), Pilão (2012, 2017), Silvério (2018) e Bornia Jr (2018), por

22 Tal discussão foi realizada no minicurso “Descolonizando os afetos”, ofertado uma vez ao mês pela autora. Entretanto, encontramos esse debate diluído através das diversas publicações da autora em sua conta pessoal no *Instagram*.

exemplo, já se debruçaram sobre as críticas tecidas por parte dos movimentos não-monogâmicos (mais próximos à perspectiva do “amor livre” ou da “anarquia relacional”)²³ a outros coletivos não-monogâmicos que, na sua visão, incorporavam o pensamento e muitas das dinâmicas monogâmicas em suas conjugalidades, como as críticas feitas pela RLi direcionadas aos grupos poliamorosos ao defenderem “a autonomia das pessoas para terem quantas relações quiserem, sem necessidade de autorização de seus parceiros e sem o estabelecimento de hierarquias entre as relações” (BARBOSA, 2011, p. 54). Nessa perspectiva, a “polifidelidade”, instituída por parte dos praticantes poliamorosos, por exemplo, (num modelo fechado de relacionamento, havendo a existência de “vetos” à inclusão de novos afetos), seria, na verdade, um desdobramento arquitetônico monogâmico por isolar e hierarquizar tais uniões frente às demais formas de afeto, cerceando o direito ao próprio corpo e sobre seus desejos. Além disso, a proposta de “relacionamento aberto” (RA) também é compreendida, muitas vezes, como um arranjo derivado da estrutura monogâmica, considerando que os diversos acordos negociados por seus membros são vistos como “limitantes”, conforme as críticas feitas anteriormente pela RLi e reiteradas atualmente pelos atores e coletivos políticos e anticoloniais/decoloniais citados aqui. Acordos que, muitas vezes, servirão para manter a primazia do par original sobre todos os outros possíveis afetos, criando uma hierarquia entre tais relações (relação primária x relações secundárias) a partir dos conhecidos “vetos” instituídos pelos membros desses arranjos.

No entanto, ao pensar a monogamia enquanto uma forma de racionalidade colonial, Núñez acrescenta novas camadas de sentido a essa discussão, relativas principalmente ao antropocentrismo, ao individualismo, ao pensamento moderno e às relações de alteridade constituídas através do marco monogâmico, como vimos anteriormente. Além disso, ela toca em outro ponto essencial para a tessitura de sua narrativa teórica: os entrelaçamentos entre a monogamia e o monoteísmo cristão.

Se a palavra “fiel” denota uma relação de exclusividade entre o deus cristão e seus adoradores, a mesma lógica se aplicaria aos indivíduos em uniões monogâmicas. A fidelidade, além de um compromisso afetivo e sexual restritivo ao cônjuge cuja promessa foi feita, também demarca uma jura de negação e exclusão do outro. Da mesma forma, para que a relação entre deus e seus fiéis seja assegurada, é preciso que todas as outras divindades sejam negadas e afastadas como prova do seu amor verdadeiro, como alegado por Núñez. Segundo ela²⁴, o adjetivo “adúltera” designaria nos textos bíblicos não somente aquela pessoa que desonra o seu cônjuge, mas, principalmente, quem trai o próprio deus, este que, por sua vez, também se enciumenta em caso de não exclusividade. O monoteísmo cristão e a fidelidade monogâmica são, por excelência, práticas de monocultura. Uma forma de (des)nutrição emocional cujo sentido apenas se valida pela abstenção e sacrifício pessoal como provação de um amor fidedigno, real e profundo. E para além disso, são formas de pensamento que estipulam o outro (único, a quem devemos nos dedicar de forma exclusiva) como fonte inesgotável de felicidade, prazer, segurança e sustento afetivo. O vínculo valorizado moralmente é, desse modo, aquele firmado diante de deus, sendo o casamento a sacralização do compromisso estabelecido entre ele e o par heterossexual, garantindo aos seus fiéis um casamento eterno, puro, seguro e livre das tentações externas.

Portanto, ao nos debruçarmos sobre os argumentos mobilizados pelos coletivos políticos e atores da luta não-monogâmica apresentados ao longo deste artigo, percebemos o quão alinhados tais personagens estão com a perspectiva decolonial ao buscarem estratégias de construção de novas teorias políticas e de práticas afetivas cotidianas. Esses saberes encontram correspondência com aquilo que Ochy Curiel define como decolonialidade: o reconhecimento e a legitimação dos conhecimentos construídos pelos outros subalternizados.

Trata-se de identificar conceitos, categorias, teorias que surgem a partir de experiências subalternizadas, que são geralmente produzidas coletivamente,

23 Na perspectiva do amor livre e da anarquia relacional, o amor deve ser vivenciado sem a regulação de um modelo contratual de união, ou seja, sem prescrições que ditam o que pode ou não ser feito dentro de um espaço conjugal.

24 Debate também levantado no minicurso “Descolonizando os afetos”. Para saber mais sobre as relações entre monogamia e monoteísmo, conferir o trabalho de Núñez em sua conta do *Instagram*. O post “Segurança e insegurança: entrelaçamentos entre monogamia e monoteísmo cristão” é o mais direto em relação ao assunto. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CS-m_x_dnrtd/. Acesso em: 09 nov. 2021.

que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar diferentes realidades para romper o imaginário de que esses conhecimentos são locais, individuais e sem possibilidade de serem comunicados. (CURIEL, 2018, p. 46)

Conclusões

A intenção deste texto foi apresentar algumas textualidades acerca das noções de “monogamia” e “não-monogamia” em circulação atualmente. Para isso, mobilizei autores que pensam a dimensão social dos afetos (como Renato Nogueira), obras que articularam a monogamia a um regime de gênero (como Friedrich Engels), atores e coletivos políticos pela não-monogamia (como o projeto “Não Mono em Foco” e a própria Marília Moschkovich), teóricas anticoloniais/decoloniais que refletem sobre a estrutura monogâmica e colonial dos afetos (como Geni Núñez, Brigitte Vasallo, Norma Mogrovejo e Na Pai), além de trabalhar com elementos/discursos que se encontram diluídos no imaginário social. Desta maneira, seu objetivo foi compreender como há, na esfera pública, uma verdadeira disputa de sentidos em torno dessas noções.

A monogamia, antes de um acordo liberal firmado entre pares, sentido culturalmente partilhado pela nossa sociedade, faz parte de uma estrutura histórica de poder a serviço do patriarcado que tem como função a hierarquização do gênero²⁵ e dos afetos, o controle da propriedade privada no interior das famílias e a potencialização da produção do capital pelo sistema capitalista. Historicamente, um dispositivo afetivo que organiza e enuncia um modo de socialização, cujo efeito é um tipo específico de “trabalho emocional” (HOCHSCHILD, 2012), ou seja, uma regulação que promove um sentido social àquilo que chamamos de amor e que também modula as nossas expectativas sociais em torno do que seja uma relação verdadeiramente comprometida, profunda e legítima.

Se a monogamia é “denunciada” pelos diversos coletivos e atores políticos não-monogâmicos como uma norma ideológica, coercitiva e punitivista, seus significados têm sido cada vez mais reinterpretados também no interior desses próprios grupos. Tanto na mídia quanto nas diversas plataformas de redes sociais (considerando também muitos dos grupos

online não-monogâmicos), o tema e o debate são travados a partir de uma lógica comum: a monogamia é vista como um arranjo diádico de relacionamento e a não-monogamia como uma forma não exclusiva de relação. Porém, o que têm nos dito as recentes autoras anticoloniais/decoloniais que versam sobre a temática é que essa lógica também se encontra associada a um pensamento ainda eurocêntrico e colonial. Por isso, se a monogamia pode ser definida em termos históricos e estruturais, as não-monogamias, numa perspectiva contra-hegemônica, buscam ser uma contra-norma, um espaço de produção de sentidos singulares frente ao modelo coercitivo de relacionamento em vigor hoje, embora também possam produzir uma série de normatividades a depender do modo com que são praticadas. Assim, os teóricos e atores políticos em prol da não-monogamia citados nesse texto se preocupam menos em definir a não-monogamia em termos conceituais (embora o façam em alguma medida), mas indicar como ela pode ser um instrumento de ruptura e um exercício plural que visa a promoção da emancipação e da autonomia.

Ao analisarem as práticas de imposição colonial da compulsoriedade monogâmica aos povos subalternizados, de países como os da América do Sul e do continente africano, o que nos dizem estes autores é que a diferença entre um arranjo monogâmico e não-monogâmico está nas dinâmicas praticadas por esses sujeitos e não no número de seus envolvidos. A estrutura monogâmica é, portanto, uma forma de “pensamento” (VASALLO, 2018). Um pensamento que elabora e regula as dimensões da alteridade, que trata o parceiro como aquele que nos suprirá emocionalmente, que nos trará conforto e segurança diante de um mundo instável. Esse mesmo parceiro deverá nos nutrir emocionalmente, atender as nossas expectativas em torno de uma relação ideal e nos ofertar tudo aquilo que precisamos para nos sentirmos seguros e completos. A estrutura monogâmica, que regulará as funções de cada gênero dentro dos sistemas culturais, também se articulará ao fenômeno *hollywoodiano* e mercadológico do amor romântico de tal forma que as inúmeras expectativas sociais em torno destas práticas continuem sendo produzidas e mediando as relações entre os sujeitos. E por isso, a monogamia também demarcará a fidelidade, a exclusividade e o cerceamento do corpo e dos desejos do outro como prova de amor e

25 Ainda que muitas mulheres sejam, até hoje, socializadas de modo a sustentar esses valores.

da validade destes afetos. Se a monogamia é uma forma de pensamento e de relação que tem o outro como um território de domínio e de reafirmação dos valores morais prescritos socialmente, sua adoção se efetiva independentemente do número de seus participantes.

Por isso, quando Marília Moschkovich evoca a monogamia como parte da causa da morte de MC Kevin (e em extensão, afirma sua violência em termos estruturais), a mesma o faz pensando na letalidade intrínseca a esse modelo relacional: a centralidade da relação conjugal perante as demais, cujo risco à própria vida se torna uma opção válida a fim de assegurar a defesa do pacto monogâmico, o controle sobre o corpo e o desejo do outro como forma de garantir a profundidade e a validade desses afetos. Se sua colocação foi taxada de “lacração desnecessária” pela grande maioria dos usuários que responderam a autora, observamos um “desentendimento” (RANCIÈRE, 1996) acerca do assunto, relativo, sobretudo, à lógica matemática dos afetos.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo. “Mídia, um aro, um halo, um elo”. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 43-60, 2006.
- BARBOSA, Mônica Araújo. *Movimentos de resistência à monogamia compulsória. A luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI*. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2011.
- BORNIA JR, Dardo. *Amar é verbo, não pronome possessivo: etnografia das relações não-monogâmicas no sul do Brasil*. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2018.
- CARDOSO, Daniel. *Amando vári@s: Individualização, redes, ética e poliamor*. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Portugal, 2010.
- CURIEL, Ochy. “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, do estado e da propriedade privada*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ESTEBAN, Mari Luz. *Crítica del pensamiento amoroso*. Espanha: Ediciones Bellaterra. 2011.
- FELLIPE, Guilherme. “Casar sim, mas não para sempre: o matrimônio cristão e a dinâmica cultural indígena nas reduções do Paraguai”. In: *Revista História Unisinos*, vol. 12, nº 3, p. 248-261, 2008.
- FRANÇA, Matheus. *Além de dois existem mais: um estudo antropológico sobre poliamor em Brasília/DF*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2016.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- HARDY, Janet; EASTON, Dossie. *Ética do amor livre: guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas*. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOCHSCHILD, Arlie. “Trabalho emocional: regras de sentimento e estrutura social”. In: COELHO, Maria Cláudia (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 169-209, 2013.
- LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia de gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Pensamentos Feministas: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- LOBO, Janaína. “Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a ‘incomunicabilidade da dor’”. In: *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, vol. 8, nº 1, p. 20-26, 2020.
- MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- MOGROVEJO, Norma. *Contra-amor. Descolonizando el Amor y la Política de los Afectos*, 2019. Disponível em: <http://normamogrovejo.blogspot.com/2019/04/contramamor.html>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- MOREIRA, Vânia. “Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social”. In: *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p.

29-52, 2018.

MOSCHKOVICH, Marília. “Prefácio”. In: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, do estado e da propriedade privada*. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. *Poliamor: desvio liberal ou resistência à família burguesa?*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/13/poliamor-desvio-liberal-ou-resistencia-a-familia-burguesa/>. Acesso em: 05 set. 2021.

NA PAI. *Fundamentando las bases de una lucha anti-capitalista contra la cultura monógama*. Madrid: Difonlaidea, 2014. Disponível em: <https://distribuidorapeligrosidadsocial.files.wordpress.com/2011/11/fundamentando-las-bases-de-una-lucha-anticapitalista-contra-la-cultura-monc3b3gama.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

NOGUERA, Renato. *Por que amamos: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2020.

NÚÑEZ, Geni. “Dicas não mono sobre ciúme”. In: *Não Monogamia LGBTQ+*. TAKAZAKI, Silmara; TAVAREZ, Jessica; NÚÑEZ, Geni (Orgs). Rio de Janeiro: Ape’ku, p. 67-69, 2020.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkè. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PACHECO, Ana Cláudia. “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 2008.

PELÚCIO, Larissa. *Narrativas infieis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas*. Cadernos Pagu, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (Unicamp), n. 44, p. 31-60, 2015.

PILÃO, Antonio. *Poliamor: um estudo sobre conjugabilidade, identidade e gênero*. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Por que somente um amor? Um estudo sobre*

poliamor e relações não monogâmicas no Brasil. 291 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

_____. “Quando o amor é o problema: feminismo e poliamor em debate”. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, n. 3, p. 1-14, 2019.

PIMENTA, Denise. “Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica”. In: *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, vol. 8, nº 1, p. 8-19, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SILVÉRIO, Maria Silva. *Eu, tu ilus: poliamor e não-monogâmias consensuais*. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE IUL, Lisboa, 2018.

VASALLO, Brigitte. *Pensamiento monógamo: terror poliamoroso*. Madrid: La Oveja Roja, 2018.

_____. “Abrir amores, fechar fronteiras?”. In: *Revista Caderno de Leituras*, vol. 1, nº 112, p. 1-7, 2020.